

Projetos aceitos para a Maratona PJe

Resumo

Foram selecionados 36 dos 40 projetos apresentados, oriundos de 14 tribunais. Algumas equipes apresentaram mais de um projeto e o total de desenvolvedores de software alcança o número de 94 pessoas.

Tribunais:

1. TJBA
2. TJCE
3. TJDFT
4. TJM/RS
5. TJPB
6. TJPE
7. TJRN
8. TJRO
9. TJRR
10. TJRS
11. TRT13
12. TRT2
13. TRT20
14. TSE

Projetos com sugestão de aceitação

1. Projeto: **Speech2TextPJe**

Tribunal: TJCE

Equipe

Carlos Adolfo Rebouças Gondim,
Ednilo de Castro Pinheiro,
Gilberto George Conrado de Souza,
Lucas Farias Pessoa,
Rafael Mello Falcão Marinho,

Proposta de valor

Desenvolver componentes para conversão de áudio em texto plano e indexação do arquivo de áudio.

Beneficiários do projeto

Servidor geral, diretor de secretaria e magistrados.

Alcance previsto para a solução

Todos os usuários do PJe

Benefícios a serem alcançados

Permitir pesquisas em arquivos de áudios.
Facilitar o acesso a trechos de áudios gravados.
Indexar, através de marcadores de tempo, os áudios gravados.

2. Projeto: NotificaPJe

Tribunal: TJCE

Equipe

Carlos Adolfo Rebouças Gondim,
Ednilo de Castro Pinheiro,
Gilberto George Conrado de Souza,
Lucas Farias Pessoa,
Rafael Mello Falcão Marinho,

Proposta de valor

Desenvolver componentes para recordar, somente a título de informação, as partes envolvidas por diversos meios: SMS, E-Mail, Whatsapp, Telegram, dentre outros.

Beneficiários do projeto

Representantes processuais e jus postulandi.

Alcance previsto para a solução

Advogados, jus postulandi, promotores, defensores e demais partes.

Benefícios a serem alcançados

Auxiliar advogados, jus postulandi, promotores, defensores e demais partes no cumprimento dos prazos processuais.

3. Projeto: Conector de Central de Mandados

Tribunal: TJPB

Equipe

Neto,
Isac,
Jessé,
João,
Luciano,

Proposta de valor

Elaboração de um interface (API) conectora genérica para interligar o PJe às centrais de mandados externas.

Beneficiários do projeto

Oficial de justiça e servidores do judiciário.

Alcance previsto para a solução

Tornar o módulo da central de mandados mais robusto e que atenda as necessidades dos tribunais.

Benefícios a serem alcançados

Tirar proveito das potencialidades dos sistemas já existentes de central de mandados dos tribunais, fazendo com que se conectem ao PJe.

4. Projeto: Aplicativo de Notificação de Avisos Pendentes - PJe-Notifica

Tribunal: TJPB

Equipe

Daniel Ayres de Melo,
Halisson Judson Rodrigues de Matos Torres,
Herbet Ferreira Rodrigues,
José Teixeira de Carvalho Neto,
Luciano Carvalho de Medeiros Júnior,

Proposta de valor

O aplicativo móvel para smartphones e tablets, além de ser o primeiro nesta linha de soluções mobile para o PJe, incorpora recursos do MNI (consulta de avisos pendentes e consulta de teor de comunicação) e traz mais celeridade às comunicações do Processo Judicial Eletrônico, em tempo real e com a configuração de lembretes, inclusive sendo possível ao ator (promotor, procurador, advogado, etc) selecionar quais dos Tribunais podem ser observados.

Beneficiários do projeto

Procurador, Advogado, Defensor Público, Parte

Alcance previsto para a solução

Nacional

Benefícios a serem alcançados

- Mobilidade garantida para recebimento de notificações de avisos pendentes, em tempo real, com visualização de conteúdo dos avisos;
- Inclusão de eventos relacionados aos avisos, na agenda;
- Consulta centralizada de avisos de múltiplos Tribunais;
- Redução de incidentes relacionados a perda de prazos e aumento na satisfação de jurisdicionados;
- Diminuição no número de requisições “desnecessárias” de acesso ao PJe, apenas para visualizar os avisos.

5. Projeto: Visualizador de Documentos PJE

Tribunal: TJPB

Equipe

Marcello Passos,
Raphael Almeida,
Alberto Risucci Costa,
Isac Almeida,
Herbet Ferreira,

Proposta de valor

A solução disponibilizará uma interface central e acessível através de computadores ou dispositivos móveis, para consulta e leitura de todos os documentos relativos a um determinado processo no qual o interessado tenha sido citado ou intimado, permitindo inclusive o download desses documentos como um PDF único.

Beneficiários do projeto

Parte, Advogado, Defensor, Procurador

Alcance previsto para a solução

Nacional, considerando partes/advogados de qualquer processo.

Benefícios a serem alcançados

A disponibilização de uma solução com as características descritas na proposta de valor, impactaria diretamente na satisfação dos usuários internos e externos, além do alcance aos usuários mais leigos (normalmente, as partes). A visualização de forma centralizada também reduziria o número de consultas e requisições a documentos, de forma indevida.

6. Projeto: Justiça em Mãos

Tribunal: TJPB

Equipe

João Filho Matos Figueiredo,
Luciano Carvalho de Medeiros Junior,
Leandro Henrique de Almeida,
Marcello Galdino Passos,
Francisco Porfirio Ribeiro Neto,

Proposta de valor

O Justiça em Mãos visa solucionar problemas inerentes à complexidade do ambiente distribuído (ie. “N”

instâncias do PJE), da heterogeneidade existente nos endereços (ie. links) de acesso aos PJs do país, bem como de seus serviços de interoperação (ie. MNI), provendo uma plataforma SIMPLES, integrada - com baixo acoplamento - e extensível para fornecimento de serviços unificados aos usuários finais. Além da plataforma (ie. módulos para o PJE 2.0), o projeto desenvolverá um aplicativo mobile que permitirá aos usuários realizarem consultas processuais e verificação de indisponibilidade em todos os PJs de país, de forma unificada e abstraído o cenário distribuído - isto é, um “único ponto” de consulta, capaz de retornar dados de todos os participantes. O aplicativo, ainda, visa ser extensível para inclusão de quaisquer outras funções providas pela arquitetura e/ou MNI. Como consequência do modelo proposto, o projeto irá incentivar/forçar o uso do MNI entre o CNJ - que atuará como “proxy” e catálogo centralizador - e os tribunais participantes (ie. comunicação interórgãos), ao tempo em que proverá uma interface “facilitada” (ie. REST) e única para os usuários finais (que se beneficiarão do aplicativo mobile) e desenvolvedores de soluções automatizadas (beneficiados pela interface centralizada).

Beneficiários do projeto

Jurisdicionado, Advogados, Juizes, Técnicos de Monitoramento do PJE, Empresas de Desenvolvimento de Soluções para o PJE.

Alcance previsto para a solução

Nacional

Benefícios a serem alcançados

O Justiça em Mãos visa solucionar problemas inerentes à complexidade do ambiente distribuído (ie. “N” instâncias do PJE), da heterogeneidade existente nos endereços (ie. links) de acesso aos PJs do país, bem como de seus serviços de interoperação (ie. MNI), provendo uma plataforma SIMPLES, integrada - com baixo acoplamento - e extensível para fornecimento de serviços unificados aos usuários finais. Além da plataforma (ie. módulos para o PJE 2.0), o projeto desenvolverá um aplicativo mobile que permitirá aos usuários realizarem consultas processuais e verificação de indisponibilidade em todos os PJs de país, de forma unificada e abstraído o cenário distribuído - isto é, um “único ponto” de consulta, capaz de retornar dados de todos os participantes. O aplicativo, ainda, visa ser extensível para inclusão de quaisquer outras funções providas pela arquitetura e/ou MNI. Como consequência do modelo proposto, o projeto irá incentivar/forçar o uso do MNI entre o CNJ - que atuará como “proxy” e catálogo centralizador - e os tribunais participantes (ie. comunicação inter-órgãos), ao tempo em que proverá uma interface “facilitada” (ie. REST) e única para os usuários finais (que se beneficiarão do aplicativo mobile) e desenvolvedores de soluções automatizadas (beneficiados pela interface centralizada).

7. Projeto: Notificações Judiciais via Aplicativo Móvel

Tribunal: TJRR

Equipe

Márcio Costa Gomes,
Evandro Sanguanini,
Wagner Eliakim Luz Lima,
Gabriel Silveira Vieira,
Paulo Eduardo da Silva Santos,

Proposta de valor

Através das notificações via aplicativo móvel, a informação chega até o usuário de forma instantânea, pois a informação vai até o usuário e não o usuário vai em busca da informação, proporcionando dimi-

nuição no tempo da tramitação processual.

Beneficiários do projeto

Advogados, servidores, magistrados, oficias de justiça e todos os envolvidos na tramitação processual.

Alcance previsto para a solução

Inicialmente abrange as informações de cada tribunal, podendo ser estendido nos moldes do escritório digital.

Benefícios a serem alcançados

Diminuição no tempo de tramitação processual, diminuição de impressão em papel, desafogamento no atendimento presencial nos cartórios, informação simultânea para as partes, não somente o advogado, entre outras.

8. Projeto: Escritório Digital Mobile

Tribunal: TJRN

Equipe

Paulo Magnus Pereira Porto,
Luan Tavares Ribeiro,

Proposta de valor

O projeto visa auxiliar, através de um aplicativo para dispositivos móveis, o dia a dia dos representantes processuais que atuam no PJe, através de notificações geradas por smartphones e tablets, por exemplo. Facilitando também quanto a necessidade deles entrarem no PJe ou Escritório Digital para análise de seus respectivos processos e expedientes, conforme Lei 11.419/2006 que considera que as intimações serão feitas em portal próprio, levando-os a entrarem no portal em que tramita o feito para ciência e manifestação, ou agora, também, através do Escritório Digital.

A proposta também resolverá as diversas falhas já conhecidas do PJe Push, uma vez que a sincronização das informações que geram notificações não será executada apenas uma vez por dia. Isso ficará a critério do próprio usuário que poderá escolher a forma de sincronização de dados que deseja (dados móveis, wifi e roaming).

Além de representantes processuais, o aplicativo auxiliará também as partes, pois serão também contempladas com o mesmo recurso, observadas suas respectivas limitações.

Beneficiários do projeto

- Advogados
- Procuradores
- Defensores
- Promotores
- Partes

Alcance previsto para a solução

Nacional. Todos os representantes processuais e partes poderão acompanhar e serem notificados de seus processos que estão tramitando no PJe, independentemente do Tribunal em que está tramitando o feito.

Benefícios a serem alcançados

Visando diminuir ainda mais a conhecida relação conflituosa com a OAB, assim como foi feito com a proposta do Escritório Digital, a ideia deste projeto é a criação de um aplicativo, inicialmente para plataforma Android, para ser mais um mecanismo de apoio ao advogado e demais representantes processuais, utilizando recursos tecnológicos que estão cada vez mais populares hoje em dia, como o uso de smartphones, tablets e demais dispositivos móveis.

Atualmente, representantes processuais que atuam em processos que tramitam em sistemas de processo eletrônico, precisam ter o compromisso diário de entrar no sistema, e-mail (quando funciona) ou no Escritório Digital, para observar se existe expediente ou se houve alguma movimentação processual em um dos processos de sua representação, sob pena de perder algum prazo processual, por exemplo, prazo de um recurso que poderá levá-lo a extinção do feito após certificado o trânsito em julgado, quando não juntado no prazo legal.

Através de notificações por dispositivos móveis, o aplicativo ajudará os representantes processuais, informando-os se houve movimentação em um de seus processos, diminuindo os riscos de perdas de prazos processuais e facilitando ainda mais o acompanhamento processual.

Por fim, esperamos que através desta nova ferramenta, a vida dos advogados e demais representantes processuais possam melhorar cada vez mais, bem como diminuir a relação conflituosa existente entre o judiciário brasileiro e seus órgãos de apresentação atuantes.

9. Projeto: Alerta PJe

Tribunal: TJM/RS

Equipe

Eduardo de Borba Severo
Heinrich Felix Marmitt
Leonardo Pavan Hilário
Rodrigo Grupelli

Proposta de valor

Propomos um sistema de notificação de eventos processuais que rodará em plataforma mobile: Este projeto propõe o desenvolvimento de um aplicativo para dispositivos móveis para notificação em tempo real de eventos processuais do PJe.

A partir de uma interface simples o usuário receberá notificações do PJe do Tribunal em que atua.

O usuário contará com agrupadores que condensam de forma simples e prática as informações relativas ao processo de seu interesse.

A partir das notificações enviadas, o usuário poderá acompanhar dados relevantes dos últimos eventos processuais. Adicionalmente, este tipo de notificação abre caminho para um eventual sistema de autuação do usuário que simplifique o atual esquema de tomada de ciência do PJe.

Beneficiários do projeto

O Alerta PJe poderá ser utilizado por praticamente todos os usuários do sistema, magistrados, servidores do Judiciário, membros do Ministério Público, advogados, procuradores e defensores públicos que tenham acesso ao processo.

Alcance previsto para a solução

O Alerta PJe poderá ser utilizado pelos sistemas PJe de todas as justiças, em todas as esferas. A atual popularidade de plataformas mobiles depõe a favor da utilização deste tipo de solução e permitiria a sua utilização por um grande público.

Benefícios a serem alcançados

Entre os benefícios que poderão ser alcançados pelo Alerta PJe estão:

- Comunicação em tempo real dos atos processuais, otimizando o trabalho dos usuários do PJe.
- Interface simplificada e com alto grau de usabilidade.
- Segurança através de esquema de tokens e SSL.
- Utilização por escritórios de advogados.
- Possibilidade de utilização para comunicações institucionais e comunicações em broadcast em geral.
- Possibilidade de utilização futura de eventual esquema de ciência.

10. Projeto: Smart PJe

Tribunal: TRT13

Equipe

Gustavo Wagner Diniz mendes
Bruno Rafael de Araújo Sales
Marcos Lins Pimentel Pequeno

Proposta de valor

Aplicativo mobile que informa o usuário, por meio de notificações de smartphone ou tablet, sobre alterações ocorridas em seus processos. Além disso, possibilita ao usuário realizar consultas processuais sob demanda ao PJe, via MNI.

As notificações englobam novos movimentos processuais e documentos protocolados.

Beneficiários do projeto

Qualquer usuário de sistemas de acompanhamento processual que implementam MNI, tais como PJe, com foco em Advogados e Procuradores.

Alcance previsto para a solução

Todos os sistemas que implementam MNI, em todas as instâncias, em qualquer ramo da Justiça.

Benefícios a serem alcançados

- As informações importantes chegarão aos usuários de forma mais célere, permitindo-os tomar decisões rapidamente;
- O PJe estará ao alcance de seus usuários a qualquer hora e lugar, dado que a solução será implementada para smartphones e tablets;
- O PJe passará a ser visto como sistema proativo na medida em que informará em tempo real os usuários sobre as ocorrências em seus processos;
- Usuário não precisará mais intervir no PJe para receber as informações mais importantes do processo;
- A infraestrutura dos Regionais será poupada, haja vista que os usuários deixarão de acessar o sistema em sua forma convencional, que atualmente demanda muitos recursos computacionais.

11. Projeto: Justiça em tempo real

Tribunal: TRT2

Equipe

Alexandre Aguenta Arakaki,
Bruno Leonardo Moraes Freitas Gonçalves,
Carlos Romel Pereira da Silva,
Marcio Vinicius Gimenes Milan,
Ramon Chiara,

Proposta de valor

Acelerar a percepção dos jurisdicionados a respeito da evolução e dos trâmites processuais e criar um meio de comunicação ativo com o público em geral do PJe (partes, advogados, servidores, magistrados, dentre outros) baseado em perfis já existentes no sistema, possibilitando acesso em dispositivos móveis para diversos tipos de informações, tais como:

Notificação de trâmite em tempo real (push);

Notificação de audiências próximas;

Consulta de pauta/sessão;

Notificação de suspensão de prazos (indisponibilidade);

Mensagens relativas a campanhas (conciliação, vacinação);

Dicas de uso do PJe;

Clipping de notícias (quadro de avisos);

Abertura de canal de comunicação com os usuários do PJe (campanhas, institucional, responsabilidade sócio ambiental);

Beneficiários do projeto

Jurisdicionados, servidores, magistrados, ministério público, dentre outros.

Alcance previsto para a solução

Todos os usuários PJe que façam uso de dispositivos móveis.

Benefícios a serem alcançados

Melhoria na comunicação com os jurisdicionados, ganho de celeridade processual e aumento da transparência das informações, tais como:

Redução da abertura de ocorrências motivadas pela comunicação ineficiente de interrupções ou falhas;

Conciliar mobilidade com personalização da informação, utilizando-se dos perfis existentes no PJe;

12. Projeto: Migração dos processos arquivados para uma arquitetura apartada

Tribunal: TRT2

Equipe

Alexandre Aguenta Arakaki
 Carlos Romel Pereira da Silva
 Jeferson Roberto de Campos
 Marcio Vinicius Gimenes Milan
 Ramon Chiara

Proposta de valor

Reduzir o tempo de publicação de fluxos, possibilitando que processos arquivados, seguindo critérios estabelecidos por cada tribunal, possam ser transportados para uma arquitetura apartada, reduzindo, assim, o volume de processos no ambiente primário e possibilitando maior desempenho em várias áreas do PJe.

Beneficiários do projeto

Administradores e/ou responsáveis pelo acervo processual de cada tribunal.

Alcance previsto para a solução

Possibilitando a redução constante do volume processual no ambiente principal estamos agindo proativamente para que o PJe reduza os problemas com desempenho em diversas áreas, principalmente na publicação de fluxos.

Benefícios a serem alcançados

O PJe utiliza a tecnologia JBPM em sua arquitetura. No schema JBPM da base de dados são mantidos dados e referências de cada processo. O problema pode ser observado na publicação de fluxos: quanto maior o acervo processual dentro do PJe, maior o tempo de atualização dos fluxos em sua publicação. Assim, reduzindo o acervo no ambiente principal, teremos ganhos reais de desempenho.

13. Projeto: Otimização de Processos Consolidados

Tribunal: TRT2

Equipe

Alexandre Aguenta Arakaki,
 Carlos Romel Pereira da Silva,
 Ramon Chiara
 Jefferson Serafim Ascaneo,
 Thiago Martins,

Proposta de valor

Os documentos consolidados seriam geridos e mantidos em um repositório próprio, que seria atualizado

apenas na ocasião do acréscimo de novos documentos (versão total e com sigilo de documentos). Os documentos consolidados seriam recuperados em chamadas assíncronas. Poderiam ser distribuídos em redes de entrega de conteúdo (CDN).

Beneficiários do projeto

Público atual do PJe como: magistrados, advogados e jurisdicionados.

Alcance previsto para a solução

Melhoria no desempenho, bem como redução de falhas por timeout para todo o atual público do PJe, sendo: advogados, partes, servidores do judiciário e magistrados.

Benefícios a serem alcançados

Uma vez que o documento consolidado seria gerado em instâncias dedicadas, isso desoneraria o servidor principal do PJe, em termos de processamento, memória e disco.

Da mesma forma, existe a possibilidade de se usar um link separado, desonerando o link principal do PJe.

Ainda, como há toda uma infraestrutura à parte, as consultas a documentos, que são uma operação frequente, aliviariam a carga no servidor principal do PJe.

Não haveria mais o problema da requisição ao processo consolidado não se completar, uma vez que não haveria mais a espera pela criação do arquivo.

Possibilidade de se indexar os documentos usando ferramentas como Solr, permitindo a busca de um termo em qualquer documento do processo, seja no órgão julgador ou em todos os processos e graus de um tribunal ou vários, seja por classe, assunto ou movimento processual.

Como efeito colateral benéfico da possibilidade de se indexar dos documentos, a criação de clientes (mobile, RSS, etc.) que façam consultas ao Solr seria facilitada. No caso atual, o jurisdicionado usa a versão completa do PJe, necessitando de um computador tradicional (desktop). Uma versão mais leve (móvel, smartphone ou tablet) poderia fornecer uma nova facilidade de uso, para casos de consultas básicas.

Outro software cliente que teria o desenvolvimento facilitado seria a criação de um serviço que forneceria um feed RSS para todos os processos consultados, fazendo uso de cache ativo para racionalizar as consultas. Esse spin-off pode ser de grande valia uma vez que há problemas recorrentes na abordagem do envio de e-mails (push). O feed poderia ser autenticado, garantindo as mesmas regras aplicadas para as mesmas informações no PJe.

Dependendo da abordagem utilização pelo tribunal, pode haver facilidade em remover os processos arquivados, uma vez que seus dados já poderiam estar disponíveis para pesquisas. Isso traria benefícios para backup, publicação de fluxos, etc., uma vez que reduziria o tamanho da base de dados, aumentando sua velocidade e eficiência.

Deve ser possível realizar o download do documento consolidado de vários processos, sem a necessidade de entrar em cada um deles. Por exemplo, o magistrado deve possuir a opção de baixar os documentos de todos os processos com audiências marcadas em determinado período, facilitando assim a visualização dos processos.

14. Projeto: Indexação e recuperação de informações no PJe

Tribunal: TRT2

Equipe

Alexandre Aguenta Arakaki,
 Bruno Leonardo Moraes Freitas Gonçalves,

Carlos Romel Pereira da Silva,
Marcio Vinicius Gimenes Milan,
Ramon Chiara,

Proposta de valor

Recuperação de informação com utilização de sistema satélite objetivando otimizar o desempenho de buscas textuais em processos/documentos e a fim de aprimorar a experiência de utilização do sistema. Permitir a busca de um termo em dados estruturados e não estruturados, seja por classe, assunto, movimento processual ou qualquer dado/metadado que faz referência ao processo.

Beneficiários do projeto

Servidores, magistrados, advogados, jurisdicionados.

Alcance previsto para a solução

Esta proposta utilizará soluções de software livre para sua implementação, sem onerar, portanto, a administração com eventuais gastos com licenças de software, a fim de aprimorar a experiência da utilização do sistema. Permitir a busca de um termo em dado

Benefícios a serem alcançados

Utilizando ferramentas e técnicas de recuperação de informação é possível otimizar o desempenho de buscas textuais em processos/documentos, possibilitando acesso às informações que antes eram inviáveis do ponto de vista técnico devido a restrições impostas pela arquitetura. Lembrando que esta proposta utilizará soluções de softwares que não acarretarão custos extras com licenças. Esta solução poderá ser utilizada como base para futuros módulos e sistemas satélites.

15. Projeto: Business Intelligence para indicadores produtividade no PJe

Tribunal: TRT2

Equipe

Alexandre Aguenta Arakaki,
Bruno Leonardo Moraes Freitas Gonçalves,
Carlos Romel Pereira da Silva,
Marcio Vinicius Gimenes Milan,
Ramon Chiara,

Proposta de valor

Um módulo para análise de indicadores de produtividade no PJe, possibilitando um melhor acompanhamento da atividade jurisdicional. Em paralelo, um sistema satélite para suportar a geração dos dados analíticos que alimentará o módulo supracitado. Importante destacar que, por ser um sistema à parte, ele não irá onerar os recursos do ambiente do PJe.

Beneficiários do projeto

Servidores, Magistrados, Corregedoria, Órgãos Superiores, Correições, dentre outros.

Alcance previsto para a solução

Esta proposta utilizará soluções de software livre para sua implementação, sem onerar, portanto, a administração com eventuais gastos com licenças de software. Possibilitará um melhor acompanhamento da atividade jurisdicional por servidores e magistrados,

Benefícios a serem alcançados

O maior benefício dessa solução é permitir que dados analíticos e estatísticos sejam extraídos e publicados de forma a permitir maior transparência nos indicadores de desempenho institucional. Além disso, a plataforma proposta permitirá que novos indicadores sejam criados, de forma padronizada e não invasiva ao ambiente do PJe. Como benefício secundário, temos que a solução proposta permite que a análise dos dados da base do PJe seja feita em ambiente separado, não onerando, assim, o ambiente primário do PJe em termos de processamento e memória.

16. Projeto: Aplicativo móvel para acompanhamento processual

Tribunal: TRT2

Equipe

Carlos Romel Pereira da Silva,
Jeferson Roberto de Campos,
Ramon Chiara,
Thiago Martins
Jefferson Serafim Ascaneo,

Proposta de valor

Criação de um aplicativo móvel e multiplataforma para fornecer a consulta dos dados processuais.

Beneficiários do projeto

Jurisdicionados.

Alcance previsto para a solução

Advogados e partes que necessitem efetuar consultas de dados processuais em dispositivos móveis.

Benefícios a serem alcançados

Uma versão mais leve (móvel, smartphone e/ou tablet) pode fornecer uma nova experiência de uso, para casos de consultas básicas, além de potencialmente reduzir o consumo de dados e o tempo de resposta do usuário.

17. Projeto: Sistema de Ajuizamento Eletrônico em Lote

Tribunal: TJPE

Equipe

Cleber Tavares Moura,
Bruno Dantas Borba Cavalcanti,
Rodrigo Borges da Silva Santos
Marcilio Jose Albuquerque Gomes Filho
Júlio Ferreira de Souza Neto,

Proposta de valor

Considerando que existem 5.561 municípios no Brasil, que há a necessidade de ajuizamento de uma quantidade enorme de processos de natureza fiscal (que correspondem atualmente a 30% do acervo processual do país) e que os municípios, em sua maioria, apresentam limitações técnicas e financeiras, a solução se apresenta como uma alternativa viável e de baixo custo de implantação.

A proposta desse projeto consiste na implementação de um módulo do PJe para peticionamento e gestão em lote, onde as procuradorias poderão realizar o upload de arquivos padronizados para intercâmbio de informações, juntamente com as respectivas CDA's (Certidões de Dívida Ativa), em PDF e assinadas eletronicamente, bem como acompanhar o andamento destas manifestações processuais. Também será disponibilizado um cliente genérico para geração dos arquivos padronizados, que consiste em uma ferramenta agnóstica (independente de tecnologia) para apoiar o processo de extração das informações das bases de dados dos usuários. Este cliente também oferecerá a funcionalidade de assinatura em lote das CDA's. Além disso, serão implementadas novas operações para o MNI visando melhorar seu desempenho, questão crucial em um projeto que envolve massas de dados volumosas. O diagrama de arquitetura da solução pode ser acessado em:
<https://goo.gl/4OfIUe>

Beneficiários do projeto

Procuradorias dos Estados
Procuradorias dos Municípios

Alcance previsto para a solução

Este projeto visa alcançar todas as Procuradorias dos Estados e Municípios que tiverem a necessidade de ajuizar processos de executivos fiscais em lote no PJe, excetuando as que já conseguiram integrar seus respectivos sistemas ao PJe para este fim.

Benefícios a serem alcançados

Possibilidade imediata de ampliação dos ajuizamentos dos executivos fiscais no PJe, de forma a reduzir o acervo de processos físicos em todo país, propiciando uma maior celeridade na resolução dos processos desta natureza, com impacto direto nas taxas de congestionamento dos Tribunais, e ainda reduzindo os custos operacionais tanto para os Municípios quanto para os Tribunais de Justiça. Além disso, em notícia veiculada no portal de notícias do STF no dia 02 de dezembro de 2015, a priorização das execuções fiscais pelo Judiciário pode somar R\$ 1 trilhão aos cofres públicos. Nessa matéria, segundo o presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal, Ministro Ricardo Lewandowski, serão estudadas modificações administrativas para agilizar essas cobranças, identificando os gargalos e buscando soluções. Outro aspecto que precisa ser considerado consiste nos inúmeros débitos fiscais que sequer são ajuizados e acabam por prescrever, apesar do diálogo constante com as procuradorias municipais. Embora seja difícil estimar o impacto destas prescrições, esse problema não

deve ser subestimado.

Diante do exposto, consideramos que este projeto está alinhado com a estratégia do Judiciário Nacional e pode trazer retornos imediatos, não só para o Judiciário como para todo o Poder Público.

18. Projeto: PJe-Agenda

Tribunal: TJPE

Equipe

Kirlian Vellarins Feijo Silvestre
Lucas Torreão Dias da Silva
Paulo Martinelli Hemmlepp
Taciano Lopes Amorim -
Sylvio Pessoa Serapião -

Proposta de valor

A proposta do projeto é construir uma solução móvel que realize de forma automatizada a consulta aos dados dos processos e suas respectivas movimentações, sincronizando, de forma configurável, as datas das audiências e prazos das intimações à ferramenta de Agenda do dispositivo móvel. Além disso, a proposta abrange a criação de alertas personalizados, para que o Advogado não perca os agendamentos e da possibilidade de inclusão de anotações associadas aos processos. De forma a garantir a segurança das informações, o projeto contemplará um módulo de cadastro e gestão dos dispositivos móveis que terão acesso às informações processuais. Este módulo de segurança será implementado de forma que torne possível sua utilização por outras aplicações que tenham necessidade de autenticação.

Beneficiários do projeto

1. Advogados com processos vinculados ao PJe
2. Escritórios de advocacia que podem acompanhar vários processos.

Alcance previsto para a solução

A solução visa a construção de um aplicativo para dispositivos móveis, tablets ou celulares, o qual poderá ser utilizado por Advogados vinculados a processos eletrônicos.

Benefícios a serem alcançados

O objetivo deste projeto é trazer segurança e agilidade para os Advogados que utilizam o processo eletrônico, uma vez que possibilitará a utilização dos dispositivos móveis pessoais para gestão dos processos e respectivas audiências.

Atualmente, os dispositivos móveis, em especial o celular, fazem parte da vida moderna. Um dado que comprova esta afirmação é a de que, no Brasil, cada pessoa possui mais de um celular cadastrado em seu nome. Os celulares têm-se tornado ferramentas importantes de trabalho, tendo em vista as inúmeras funcionalidades trazidas para facilitar o dia a dia dos seus usuários.

Neste contexto, o projeto proposto visa trazer mais uma ferramenta associada ao dispositivo móvel do Advogado, de forma a auxiliá-lo nas tarefas relativas aos processos eletrônicos. A solução possibilitará que, por meio do celular, por exemplo, o Advogado possa: consultar os dados relativos a processo, visualizar na agenda do próprio dispositivo todas as audiências e intimações associadas aos processos, receber notificações de alerta com a proximidade das audiências e finalização de prazos das intimações registradas na agenda e possibilidade de registro de informações nos processos. A solução tem como objetivo principal evitar que o Advogado perca audiências agendadas bem como prazos de intimações. Além dos benefícios trazidos para o Advogado, este projeto também visa à evolução do PJe em dois

aspectos: oferecer novas operações ao MNI e disponibilizar uma ferramenta de autenticação voltada para dispositivos móveis.

19. Projeto: Marcadores e anotações para documentos do PJe

Tribunal: TJRO

Equipe

José Ricardo Simões Rodrigues
Rudhy Marssal Bohn -
Bruno Spadeto
Luciano Tenylson Nogueira Costa
Luciano de Souza Côrtes

Proposta de valor

- Aumenta a agilidade na consulta a documentos específicos mediante uso dos marcadores em processos com médio ou grande número de documentos anexados;
- Melhora a usabilidade do sistema, pois as anotações e os marcadores são amplamente utilizados nos processos físicos como método de organização e recuperação de ideias, impressões e peças importantes dos autos.

Beneficiários do projeto

A solução apontada pode ser utilizada por todos os papéis envolvidos no PJe que possuam acesso por credenciais. Os interessados direto na implementação desse tipo de funcionalidade são os usuários que diariamente entram em contato e analisam muitos processos.

Alcance previsto para a solução

A proposta de implementação de mecanismo que permita uso de marcadores e anotações nos documentos do PJe busca ampliar as possibilidades de alcance e aproximação com os usuários do Sistema Judicial Eletrônico, tornado seu uso mais racional e eficiente.

Benefícios a serem alcançados

1. Facilidade no acesso a peças processuais específicas em autos com médio ou grande número de documentos anexados;
2. Diminuição do tempo gasto com análise de processos, mediante consulta a marcadores e anotações;
3. Aceleração no tramite de processos com o compartilhamento de marcadores e anotações entre usuários lotados em uma mesma unidade;
4. Melhoramento dos fluxos de trabalho com compartilhamento de marcadores e anotações entre usuários lotados em uma mesma unidade;
5. Melhoria na qualidade dos metadados associados a peças processuais;

20. Projeto: Notificações em segundo plano para Firefox e Android

Tribunal: TJRO

Equipe

José Ricardo Simões Rodrigues
Rudhy Marssal Bohn
Bruno Spadeto
Luciano Tenylson Nogueira Costa
Luciano de Souza Côrtes

Proposta de valor

- Aumenta a agilidade na tramitação de atos urgentes;
- Propicia segurança no processo decisório diante do fluxo da informação das modificações em tempo real;

Beneficiários do projeto

A solução apontada pode ser utilizada por todos os papéis envolvidos no PJe que possuam acesso por credenciais. Os maiores beneficiados inicialmente seriam os Magistrados e Servidores, que teriam incremento de produtividade e maior segurança na prática de

Alcance previsto para a solução

A proposta de notificações na área de trabalho e em dispositivos móveis busca ampliar as possibilidades de alcance e aproximação com os usuários do Sistema Judicial Eletrônico. A “Notificação em Segundo Plano”, tem alcance de todos os envolvidos na utili

Benefícios a serem alcançados

1. Minimizar o tempo com verificação das caixas;
2. Acelerar o tramite de eventos urgentes;
3. Notificação em atos que necessitem abertura de prazo;

21. Projeto: Melhorias no editor

Tribunal: TRT2

Equipe

Jefferson Serafim Ascaneo,
Carlos Romel Pereira da Silva,
Bruno Leonardo Moraes Freitas Gonçalves,

Proposta de valor

O editor aprimorado permitirá salvar diversas versões de um mesmo documento durante sua edição, antes de ser assinado. De tempos em tempos será feito um salvamento automático. Também permitirá a

edição compartilhada do documento, desde que todos os usuários possuam as permissões apropriadas para editá-lo, de forma similar ao que ocorre no Google Docs.

Beneficiários do projeto

Público atual do PJe como: magistrados, advogados e jurisdicionados.

Alcance previsto para a solução

Melhoria na confiabilidade do editor e, por consequência, do sistema como um todo, bem como otimização de seu uso quando um mesmo documento precisa ser visto ou editado por mais de uma pessoa. Isto beneficiaria todo o atual público do PJe, sendo: advogados

Benefícios a serem alcançados

Permitir salvar várias versões de um mesmo arquivo faz com que seja possível reverter alterações no documento, ou recuperar parte de uma versão anterior. Isto permite inclusive desfazer alterações acidentais, mesmo que o usuário não se lembre de salvar o documento, pois este será salvo automaticamente de tempos em tempos. A edição colaborativa permite que o mesmo documento seja visualizado e editado em mais de uma máquina, por usuários distintos e em tempo real, agilizando o uso do sistema e a criação de documentos.

22. Projeto: Utilização de Aplicativo Móvel para Validação de Autenticidade de Documentos

Tribunal: TRT2

Equipe

Alexandre Aguenta Arakaki,
Bruno Leonardo Morais Freitas Gonçalves,
Carlos Romel Pereira da Silva,
Marcio Vinicius Gimenes Milan,
Ramon Chiara,

Proposta de valor

Utilização de QR Code para confirmar a autenticidade de documentos através de dispositivos móveis. Agilizando o processo de verificação do documento, pois atualmente esta validação ocorre por um site próprio gastando tempo ao preencher todos os campos necessários. Elevação do nível de segurança da integridade dos documentos, uma vez que é possível utilizar a geração do qr-code baseada também no conteúdo gravado, de modo que qualquer alteração no documento representaria necessariamente uma mudança no qr-code gerado.

Beneficiários do projeto

Jurisdicionados, servidores, magistrados, dentre outros.

Alcance previsto para a solução

Todos os usuários PJe que façam uso de dispositivos móveis.

Benefícios a serem alcançados

Maior segurança na proteção das informações dos documentos;
Simplicidade e agilidade na consulta dos documentos;
Possibilita maior mobilidade para verificação de documentos;
Possibilita a integração com bancos para validação de alvarás, bem como registro da efetivação dos pagamentos;
Elevação da segurança e integridade dos documentos (dificuldade para falsificação);

23. Projeto: PJe Dash – Gestão à mão

Tribunal: TJPE

Equipe

Edilson Ferreira
Edilson Mendes
Jonathas Dantas
Osman Siqueira
Paulo André

Proposta de valor

O projeto “PJe Dash” se propõe a disponibilizar para Magistrados acesso online facilitado (através de tablets, smartphones ou mesmo através da web) a informações chaves (indicadores) dos Órgãos Julgadores. Ou seja, um conjunto de dados estatísticos, já supracitados, relevantes ao monitoramento e à tomada de decisões.

Além disso, um conjunto de Alertas configuráveis serão implementados de modo a notificar o magistrado/assessores sempre que os indicadores ultrapassarem ou ficarem inferiores a um valor de referência preestabelecido (Ex: Alertar quando a taxa de congestionamento superar os 50%).

Podemos destacar os seguintes indicadores: (i) Indicadores por Unidades Jurisdicional, (ii) Casos Novos x Casos Baixados, (iii) Razão dos processos baixados e processos novos, (iv) Produtividade do Magistrado, (v) Tempo médio de julgamento por classe processual e assunto, (vi) Taxa de Congestionamento, (vii) Processos Conclusos/Pendentes e (viii) Produtividade por servidor. Estes indicadores serão apresentados utilizando-se tabelas e gráficos de modo a favorecer sua visualização e comparação. Permitindo ainda a configuração de alertar e notificações com base nos indicadores disponíveis.

Outra funcionalidade, consiste em uma ferramenta de anotações, nos moldes do Evernote, integrada aos processos, que possibilitará o registro e recuperação de informações relevantes sobre os mesmos. Também será disponibilizado uma funcionalidade para adição de marcadores, onde os processos poderão ser categorizados através de palavras-chave definidas pelo próprio usuário. Com isso, ampliar os meios de acesso do Magistrado às informações relevantes, reduzindo a chance de perda das ideias para solução do conflito processual ou mesmo facilitando a organização do seu trabalho.

Este projeto prevê desenvolvimento de uma aplicação Web, compatível com dispositivos móveis (Angular JS), que fornecerá 2 (dois) serviços destinados aos magistrados: a) Indicadores e Alarmes de órgãos julgadores; b) Anotações e marcadores em processos.

O Documento de Arquitetura pode ser acessado em: <https://goo.gl/bHXOPf>

Beneficiários do projeto

Magistrados e assessores do Judiciário Nacional

Alcance previsto para a solução

O projeto visa atingir a todos os magistrados e assessores da Justiça Nacional.

Benefícios a serem alcançados

Neste projeto, espera-se atingir ao menos três benefícios, sendo eles: (i) ampliar o acesso e agilizar a obtenção de informação para nortear as atividades cotidianas de Magistrados e Servidores nas suas respectivas Unidades Jurisdicionais, favorecendo com isso à tomada de decisão, (ii) reduzir a deficiência do PJe em relação a oferta de informações estatísticas e (iii) oferecer uma ferramenta de apoio a atividade judicante, visando o aumento da produtividade.

24. Projeto: MiniPac

Tribunal: TJDF

Equipe

Flávio Henrique,
Waleska Barros
Helber Abreu,

Proposta de valor

Criar componente para ser utilizado em fluxo, notadamente nas tarefas de minuta, onde o usuário indicará antecipadamente os dados do ato de comunicação, que usará o documento ora minutado. Assim que o documento for assinado, seja pelo próprio servidor ou por outro usuário, o expediente é criado e enviado ao meio de comunicação adequado.

Isso evitará que o servidor tenha que transitar o processo à tarefa de “Preparar ato de comunicação” e realizar várias tarefas para gerar o ato de comunicação.

Beneficiários do projeto

Principalmente diretor de secretaria, assessor e servidor.

Alcance previsto para a solução

Como a solução proposta é componentizada, o alcance dependerá de cada Tribunal adotar ou não o componente.

O administrador de fluxo definirá se esta ou aquela tarefa terá o miniPac agregado.

Em verdade, não ficou claro, a mim, o presente campo.

Benefícios a serem alcançados

Otimização do tempo gasto pelo servidor para preparar um ato de comunicação.

25. Projeto: PJE Aviso

Tribunal: TJBA

Equipe

Uraquitan de Amorim Lima Filho
Anderson Azevedo Amorim,

Anderson Martiniano da Rocha

Proposta de valor

Tem a finalidade de através de uma solução mobile e desktop realizar notificações automáticas aos serventuários e magistrados de acordo com um filtro previamente cadastrado na aplicação de processos distribuídos, inclusão de documentos e ou tarefas específicas.

Beneficiários do projeto

Servidores e magistrados

Alcance previsto para a solução

Servidor, magistrado e cidadão

Benefícios a serem alcançados

A notificação automática rompe a barreira de obrigar o servidor e magistrado de ficar na frente do computador atualizando manualmente o sistema em busca de entrada de novos processos ou possíveis inclusões de documentos, movimentação entre tarefas e etc.

Esta solução por exemplo, beneficiará a população em geral, visto que os servidores poderão atuar de forma mais célere na atividade do processo possibilitando tomar medidas emergenciais até mesmo fora de seu ambiente de trabalho.

Podemos tomar como exemplo um juiz de plantão aguardando determinado processo de caráter de urgência entrar em sua caixa de atividades e ser acionado por um alarme através do sistema de notificação (PJE Aviso)

26. Projeto: Cronos - Assistente para criação de decisões

Tribunal: TJRS

Equipe

Ana Maria Franco Vitiello,
Leomar Costa,
Luciano Zanuz,
Alessandra de Lucena Lermen,

Proposta de valor

A solução se baseia na criação de modelos de decisão (sentenças/acórdãos) por cada magistrado. Esses modelos poderão ser divididos, a critério do magistrado, nas seguintes estruturas: ementa, relatório, fundamento, dispositivo, voto e texto livre.

Para cada uma das estruturas acima, poderão ser cadastrados tópicos, organizados conforme a preferência do magistrado. Por exemplo: Exceção de incompetência – acolho, Exceção de Incompetência – rejeito, Assistência Judiciária Gratuita – acolho, Liminar concedida, Recebimento da Denúncia, etc. Para cada um dos tópicos existe um texto associado que permite a integração com os dados do processo no momento da geração do documento (MNI).

O magistrado pode compartilhar seus modelos e estruturas com os demais magistrados.

Essa ferramenta poderá ser integrada com qualquer sistema de tramitação processual através de exportação manual do documento ou por interoperabilidade.

A administração do grupo de trabalho, com perfis diferenciados para leitura, escrita ou administração, pode ser feita pelo próprio magistrado ou por alguém por ele designado.

Maiores detalhes sobre a proposta, inclusive com protótipos de telas, poderão ser obtidos em <http://www.tjrs.jus.br/site/ajuda/Cronos.pdf>.

Beneficiários do projeto

A ferramenta será utilizada pelos magistrados e pelo seu gabinete.

Alcance previsto para a solução

A solução beneficiará diretamente os magistrados, pois oferecerá agilidade e facilidade na redação de decisões (sentenças e acórdãos) e o processo judicial como um todo, pois trará celeridade processual. Desta forma, toda a sociedade se beneficiará.

Benefícios a serem alcançados

Com a criação de modelos e estruturação dos mesmos os principais benefícios a serem alcançados são:

- agilidade na geração das decisões;
- auxiliar no cumprimento das metas do CNJ devido ao aumento de produtividade dos magistrados;
- simplificação dos procedimentos;
- correção nas informações estruturadas já cadastradas para o processo devido à ampliação dos mecanismos de interoperabilidade;
- padronização no formato das decisões;
- compartilhamento de modelos entre magistrados;
- minimizar erros causados por “copy/paste” entre documentos;
- acelerar o processo de capacitação dos servidores do gabinete; e
- apoio ao trabalho dos novos magistrados, pois terão acesso aos modelos e tópicos compartilhados.

27. Projeto: PJeAnalítico

Tribunal: TSE

Equipe

Marno Pereira de Melo
Fabiano Sousa Falcão
Uenderley R. M. Saraiva,
Rafael Dias de Souza,
Rafael Silva Matos,

Proposta de valor

Atender às necessidades de informações estatísticas processuais, principalmente as relacionadas aos indicadores do planejamento estratégico do poder judiciário. A solução propõe a extração, transformação, análise e apresentação dos dados formatados.

Beneficiários do projeto

Os interessados em sua maioria são:
Advogados, magistrados, secretários, assessores e imprensa.

Alcance previsto para a solução

Todos os interessados em informações estatísticas processuais.

Benefícios a serem alcançados

Com a apresentação analítica das informações espera-se apoiar o planejamento estratégico e a tomada de decisão dos tribunais.

Exemplo:

- Como a necessidade de realocação de pessoal.
- Identificar os gargalos do andamento processual.
- Apoiar a justiça em números

28. Projeto: Alvará Eletrônico do Banco de Brasil

Tribunal: TJRR

Equipe

Márcio Costa Gomes,
Wagner Eliakin Luz Lima,
Carlos Roberto de Albuquerque Dias,
Paulo Eduardo da Silva Santos,
Henrique Nascimento Negreiros,

Proposta de valor

Proposta de fluxo do Alvará Eletrônico ou Digital

A parte vai ao banco para depositar o dinheiro numa conta central ao qual foi intimada pelo juiz ou juiz faz o BACENJUDI, o banco automaticamente envia informação para o sistema do número da conta, o valor depositado e com as partes vinculadas (começa a contar o prazo de 15 dias para embargo), venceu o prazo sem embargo o cartório faz o alvará no PJe e envia automaticamente para banco, além de gerar dois movimentos automático no sistema, o primeiro informando a parte que o alvará está disponível para saque no banco, e o segundo de arquivamento definitivo, a parte vai ao banco sacar o dinheiro com cópia do alvará ou documento de identificação.

Beneficiários do projeto

Diretores de secretaria, assessores, servidores, magistrados...

Alcance previsto para a solução

Componente poderá ser extensível para outros bancos.

Benefícios a serem alcançados

Economicidade da emissão de documentos físicos, celeridade na execução da confecção do alvará, confiabilidade na troca de informações, rapidez na prestação de serviço do judiciário para o cidadão.

29. Projeto: Audiência virtual

Tribunal: TSE

Equipe

Eduardo Medeiros Pereira,
Lourival Sabino da Silva Júnior,
Thiago Nascimento Figueiredo,
Tiago Ramos da Silva,

Proposta de valor

A audiência virtual seria realizada internamente ao PJe, por meio de mecanismos de CHAT com possibilidade multimídia (imagens, textos, vídeos), agregada à segurança da certificação digital.

Beneficiários do projeto

Qualquer usuário do PJe devidamente cadastrado: advogados, partes, servidores, juízes;

Alcance previsto para a solução

Qualquer ramo da justiça.

Benefícios a serem alcançados

Realização de audiências sem restrição de tempo, espaço ou lugar.
Acompanhamento de múltiplas audiências.
Redução de custos.
Celeridade processual.
Diminuição de revelia.

30. Projeto: Andamento processual em tempo real

Tribunal: TSE

Equipe

Tiago Ramos da Silva,
Eduardo Medeiros Pereira,
Lourival Sabino da Silva Júnior,
Thiago Nascimento Figueiredo,

Proposta de valor

Este projeto visa atender a necessidade do usuário sem impactar a estabilidade do sistema. A proposta é desenvolver uma API que responda milhares de requisições por minuto sem impactar o servidor de aplicação, nem o servidor de banco de dados. Soluções baseadas em NoSQL, Big Data, WebSocket podem ser utilizadas, a depender da arquitetura prevista no PJe 2.0

Do lado do cliente, podem ser desenvolvidas aplicações para dispositivos móveis ou desktop.

Beneficiários do projeto

Escritórios de advocacia, advogados, partes, servidores, juízes; qualquer usuário do PJe.

Alcance previsto para a solução

Qualquer ramo da justiça. Qualquer cidadão.

Benefícios a serem alcançados

Atendimento de uma necessidade inerente ao usuário do sistema: saber se seu processo teve andamento.
Celeridade processual: os advogados e as partes poderão tomar providências tão logo saibam do andamento processual.
Alternativa ao sistema “push” que não impacte o desempenho do sistema.

31. Projeto: PJeMobile

Tribunal: TJPE/TJPR/TJRO/TJPB

Equipe

Marcílio Gomes Filho, TJPE
Marcos Aurélio Pimenta da Silva, TJPR
Pablo Filetti Moreira, TJRO
Ronaldo Ferreira de Almeida, TJPR
Samuel de Aguiar Rodrigues, TJPB

Proposta de valor

Permitir que o PJe seja acessado por dispositivos móveis através da autenticação por QRCode gerado pelo token do usuário. Dessa forma o PJe ainda garantiria a autenticidade e não repúdio do acesso, pois este seria previamente autorizado apenas utilizando o certificado A3.

Após login no sistema efetuado pelo mecanismo acima descrito, o usuário poderia efetuar uma pré-assinatura do documento utilizando o dispositivo móvel autenticado. O usuário poderia acessar previamente quantos documentos fossem necessários. No próximo login utilizando o certificado A3 (token) através de um computador, o usuário poderia confirmar a pré-assinatura de todos os documentos pendentes, assinando-os de uma só vez.

Assim o PJe além de poder ser acessado por dispositivos móveis, permitiria que todo o processo de trabalho fosse agilizado em qualquer dispositivo autorizado, por um tempo determinado pelo usuário no momento da autorização.

Em nível técnico, seria necessário o desenvolvimento de um servidor de autenticação único que disponibilizaria serviços para serem acessados pelas instâncias do PJe nos tribunais. Todas as comunicações entre o servidor de autenticação e as instâncias do PJe seria através de um canal seguro utilizando certificados de confiança.

Criação de um caso de uso no PJe (tela e serviços envolvidos) para que o usuário cadastre e autorize um dispositivo mobile para utilização. Esta funcionalidade procederá da seguinte forma:

- O usuário se autentica normalmente em uma instancia de PJe de algum tribunal onde possua cadastro utilizando seu certificado digital;
- Acessa o caso de uso para cadastro e autorização de dispositivo mobile;
- Nesse momento o sistema irá gerar um hash key aleatório;
- O usuário irá assinar digitalmente este hash key utilizando seu dispositivo criptográfico no computador;

- O sistema utilizará o hash assinado digitalmente pelo usuário e outras informações necessárias e para gerar uma imagem no formato de QRCode a ser lida posteriormente pelo dispositivo mobile;
- O usuário instala o aplicativo PJeMobile em seu dispositivo móvel;
- O usuário inicia o aplicativo e acessa a funcionalidade de cadastro;
- O aplicativo, através da câmera do dispositivo móvel, lerá o QRCode gerado no computador;
- Após a leitura do QRCode, o aplicativo solicitará ao usuário que crie uma senha para acessar o aplicativo;
- Após a senha ser criada pelo usuário nos padrões aceitos pelo aplicativo em nível de segurança, o aplicativo executará os seguintes passos:
 - Gerará um par de chave assimétrico;
 - Utilizará o par de chave gerado para assinar o texto lido do QRCode;
 - Enviará ao servidor de aplicação do PJe do tribunal, através da URL incluída no texto lido no QRCode, a chave pública gerada e o texto da assinatura realizada no aplicativo através do par de chave anteriormente gerado.
 - O servidor da aplicação do PJe receberá a solicitação e irá repassar para o servidor de autenticação único;
 - O servidor de autenticação único irá realizar a validação da assinatura do dispositivo móvel e cadastrar o dispositivo e o usuário.
 - Após concluído, o servidor de autenticação responderá ao servidor do PJe que o cadastro foi efetuado com sucesso, habilitando o usuário cadastrado a receber informações das instâncias do PJe compatíveis com esse recurso;

Beneficiários do projeto

Todos os perfis de usuários do PJe.

Alcance previsto para a solução

Todo o Poder Judiciário.

Benefícios a serem alcançados

- Os usuários não teriam que se cadastrar em várias instâncias do PJe.
- Os usuários não precisariam se autenticar em várias instâncias do PJe.
- Com a adoção da autenticação unificada, o usuário poderá acompanhar seus processos através de uma única interface, o que agilizará todo o processo de trabalho daqueles que utilizam mais de uma instância do PJe
- Os usuários não teriam que adquirir novos equipamentos gerando mais custos;
- A autenticação do dispositivo nos servidores do PJe seria de forma segura;
- O usuário não poderá alegar o “não repudio” pois ele irá assinar digitalmente através de um certificado válido da ICP-Brasil a autorização de utilização do dispositivo móvel.
- A qualquer momento através do computador e seu token o usuário poderá revogar o acesso do dispositivo mobile, para casos de perda, furto ou roubo.
- Quando conectados à internet os usuários poderão acessar e utilizar a maioria das funcionalidades do PJe através do navegador interno do aplicativo móvel.
- Os usuários poderão visualizar em qualquer lugar o inteiro teor dos processos que desejarem através da funcionalidade leitura offline, necessário realizar o download prévio;
- Os magistrados poderão analisar e realizar a pré-assinatura de minutas elaboradas pelos seus assessores em qualquer lugar através da funcionalidade pré-assinatura offline, necessário realizar o download prévio;
- A arquitetura da solução abrirá precedentes de forma segura para adição de novas funcionalidades móveis posteriormente tais como notificação de movimentação processual, alertas na agenda do dispositivo móvel de datas de audiências, sessões de julgamento e outras, sendo todas essas funcionalidades abrangendo todas as instâncias do PJe com versão compatível, de forma centralizada no aplicativo.

32. Projeto: Mural PJe

Tribunal: TSE

Equipe

Eduardo Medeiros Pereira,
Lourival Sabino da Silva Júnior,
Tiago Ramos da Silva,
Thiago Nascimento Figueiredo,

Proposta de valor

Com esta solução os usuários do PJe dentro e fora dos tribunais, teriam um ponto central para visualizar o panorama geral da aplicação, de forma dinâmica e simples.

Beneficiários do projeto

Servidores dos tribunais, administradores de sistema/rede, demais interessados.

Alcance previsto para a solução

Intranet e Internet

Benefícios a serem alcançados

Visualização de informações gerais e estatísticas de maneira rápida e centralizada. Aplicativo extensível, pois os widgets podem aparecer no mural conforme necessidades de visualização de cada tribunal (bastando criar novo widget e/ou endpoint REST). A API criada poderia ser usada por sistemas internos e externos do tribunal.

33. Projeto: Digitalização de processos físicos.

Tribunal: TJPE/TJPR/TJRO/TJPB

Equipe

Marcílio Gomes Filho, TJPE
Marcos Aurélio Pimenta da Silva, TJPR
Pablo Filetti Moreira, TJRO
Ronaldo Ferreira de Almeida, TJPR
Samuel de Aguiar Rodrigues, TJPB

Proposta de valor

Criação de um aplicativo local utilizando a tecnologia JavaWebStart com a função de digitalizar os processos para posteriormente assiná-los e protocolá-los utilizando o MNI, eliminando ao máximo a tramitação de processos no meio físico.

A solução poderia ser utilizada com dois fins: digitalizar processos de primeiro grau para serem redistribuídos de forma eletrônica no PJe de 1ºGrau e digitalizar processos de primeiro grau para serem remetidos ao segundo grau em tribunais que possuem o PJe somente em segundo grau.

Beneficiários do projeto

Colaboradores do setor de digitalização, Colaboradores dos cartórios e Colaboradores das Câmaras de Segundo Grau.

Alcance previsto para a solução

Todo o Poder Judiciário.

Benefícios a serem alcançados

- Os servidores do judiciário não teriam que utilizar vários sistemas;
- Os novos servidores não precisariam ser treinados em dois sistemas e somente um;
- Os setores de TI não precisariam manter mais este sistema ligados no caso em que o desenvolvimento seja interno;
- Os setores de TI não precisariam mais manter contratos de manutenção com empresas fornecedoras.
- Os usuários externos não precisariam se locomover aos locais físicos para realizar suas manifestações processuais.
- Com os processos sendo digitalizados e passados ao meio eletrônico poderiam trazer maior agilidade e celeridade ao judiciário.

34. Projeto: PJE Mobile

Tribunal: TJDF

Equipe

Flávio Henrique,
Waleska Barros,
Helber Abreu,

Proposta de valor

Versão mobile do sistema PJe. Nessa versão inicial, o usuário entraria no sistema com login e senha e estaria disponível a ele a consulta processual, detalhes do processo e download dos documentos. Posteriormente outras funcionalidades poderiam ser integradas.

Beneficiários do projeto

Todos (advogados, magistrados, servidores e administrador)

Alcance previsto para a solução

Versão mobile configurável pelo administrador.

Benefícios a serem alcançados

Seria uma nova quebra de paradigmas em se tratando de sistema de tramitação de processos judiciais. A análise processual seria levada a um outro nível, os assessores e magistrados poderiam estudar o conteúdo de um processo em qualquer lugar, o que facilitaria a elaboração de minutas. Advogados po-

deriam acessar as decisões e dados do processo e, futuramente, responder expedientes, tomar ciência e até peticionar.

35. Projeto: Consultas e Notificações Mobile do PJe

Tribunal: TSE

Equipe

Eduardo Medeiros Pereira,
Lourival Sabino da Silva Júnior,
Thiago Nascimento Figueiredo,
Tiago Ramos da Silva,

Proposta de valor

Criação de um aplicativo mobile para realização de consultas em processos e recebimento de notificações sobre movimentação processual para processos cadastrados de interesse de um determinado usuário.

Beneficiários do projeto

Qualquer cidadão que, estando longe de um computador desktop ou laptop, queira acompanhar informações públicas, além de advogados ou escritórios de advocacia que queiram acompanhar a movimentação processual em seus dispositivos móveis.

Alcance previsto para a solução

Dentro da atual realidade onde a população de forma geral tem acesso a dispositivos mobile, ampla população teria acesso.

Benefícios a serem alcançados

O acompanhamento e a consulta processual seriam melhorados para permitir sua consulta a partir de qualquer dispositivo. Isso até diminuiria a utilização de robôs, uma vez que a movimentação processual poderia ser consultada diretamente pelo telefone móvel ou tablet.

36. Projeto: CidadãoJus

Tribunal: TRT20

Equipe

Felipe Menezes Moraes felipe.
Eduardo Dória Lima
Victor Costa de Alemão Cisneiros
Diego Calasans Souza Costa
Rodrigo Octávio Melo do Amaral

Proposta de valor

A nossa proposta é desenvolver um aplicativo para dispositivos móveis que aproxime a população geral da Vara sem ter que mobilizar maiores recursos humanos (servidores) para isso. O aplicativo em questão seria um canal de comunicação otimizado entre a Vara e o cidadão comum. Com ele seria possível tirar dúvidas do cidadão, passar informações, enviar notificações e outros documentos relevantes aos processos. O cidadão visualizaria essas informações diretamente no seu smartphone ou tablet, além de poder enviar perguntas, esclarecer determinadas situações ou até mesmo, por exemplo, confirmar se poderá ou não comparecer a uma determinada audiência de conciliação. Através do aplicativo seria possível tanto pré-cadastrar informações genéricas pela Vara, como permitir que os servidores respondam a perguntas específicas de determinadas pessoas.

Beneficiários do projeto

Pessoas que tenham acesso a dispositivos móveis e sejam partes em processos do trabalho tramitando na 1ª instância;

Servidores que estejam alocados nas Varas com os devidos acesso ao sistema.

Alcance previsto para a solução

A população em geral que se utiliza dos serviços prestados pela Vara e servidores da 1ª instância. A solução alcançaria todas as VT de Sergipe, podendo ser levada adiante para VT de todos estados.

Benefícios a serem alcançados

Otimizar a produtividade do servidor da Vara, aumentar o tempo de resposta às solicitações e questionamentos da população, e economizar tempo e dinheiro das pessoas que precisam se dirigir às Varas apenas para obter informações.